

INÉDITAS - PP-ES - POLICIAL PENAL
BANCA IDCAP

Lei Complementar nº 46/2022: institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes

1. Segundo a Lei Complementar Estadual 46/2022, o processo administrativo-disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade do servidor público pela infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. A este respeito, identifique a afirmação incorreta.

- a) As comissões constituídas para sua realização de processo administrativo disciplinar serão compostas por três membros ocupantes de cargo efetivo e estáveis no serviço público.
- b) Não poderá participar de comissão de sindicância ou de processo administrativo-disciplinar parente do denunciado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.
- c) O processo administrativo-disciplinar inicia-se com a publicação do ato que determinar a sua abertura e compreenderá o inquérito administrativo e o julgamento do feito.
- d) Na fase do inquérito administrativo, a comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos.
- e) **No prazo de quarenta e cinco dias, contados do recebimento do processo administrativo-disciplinar, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.**

2. Segundo a Lei Complementar Estadual 46/2022, poderá o servidor público ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo:

- I – por um dia, para apresentação obrigatória em órgão militar;
- II – por um dia, a cada três meses, para doação de sangue;
- III – até três dias consecutivos, por motivo de casamento;
- IV – por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos e tios;
- V – pelos dias necessários à participação de júri ou prestação de concurso público.

Estão corretos os itens:

- a) **I, II e V.**
- b) I, II, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

Lei Estadual nº 1.059/2023: Cria o cargo de Policial Penal, o Plano de Carreira dos Policiais Penais e dá outras providências.

3. Segundo o Plano de Carreira da PP-ES, interstício necessário para progressão será interrompido, com o reinício de sua contagem, nas hipóteses de:

- I – penalidade disciplinar;
- II – falta injustificada;
- III – licença para trato de interesses particulares;
- IV – licença por motivo de deslocamento de cônjuge ou companheiro;
- V – licença para tratamento de saúde, superior a 30 (trinta) dias, ininterruptos ou não, no período de avaliação;
- VI – licença por motivo de doença em pessoa da família, superior a 30 (trinta) dias, ininterruptos ou não, no período de avaliação.

Estão corretas:

- a) **I, II, III, IV e VI.**
- b) I, II, III e V.
- c) II, III e VI.
- d) II, III, V e VI.
- e) Todas estão corretas.

4. Acerca da Lei Estadual nº 1.059/2023, assinale a alternativa correta acerca do exercício do cargo de policial penal.

- a) O Policial Penal terá suas atividades acompanhadas e o seu desempenho avaliado, em periodicidade bianual, para fins de aprimoramento e adequação da execução de suas tarefas individuais aos objetivos definidos para a Polícia Penal.
- b) Os Policiais Penais alocados na Secretaria de Estado responsável pela administração prisional estarão subordinados, técnica, hierárquica e disciplinarmente, à Secretaria de Estado responsável pela administração prisional.

- c) A dedicação integral impedirá o Policial Penal de realizar acumulação do cargo de Policial Penal com outro cargo, emprego ou função pública, inclusive de Professor.
- d) **Os cargos de direção-geral das unidades e dos complexos prisionais que integrarem o organograma da Secretaria de Estado responsável pela administração prisional serão ocupados exclusivamente por Policiais Penais.**
- e) Ficam proibidos os Policiais Penais em regime de plantão a trocarem entre si escalas para as quais tenham sido previamente designados.

Lei Estadual nº 1.061/2023: Cria, no âmbito do Poder Executivo, como órgão de segurança pública, a Polícia Penal do Espírito Santo – PP-ES.

5. Segundo a Lei Estadual nº 1.061/2023, compete à Divisão de Inteligência da Polícia Penal - DIPP, exceto:

- a) realizar com exclusividade as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito da PP-ES.
- b) possuir acesso irrestrito e realizar a gestão de bancos de dados, sistemas automatizados e demais ferramentas tecnológicas em operação na PP-ES.
- c) **organizar e manter a biblioteca especializada em matérias de interesse dos serviços policiais penais.**
- d) assessorar, orientar e informar o Diretor-Geral da Polícia Penal sobre assuntos de interesse institucional.
- e) assessorar o Diretor-Geral da Polícia Penal em assuntos relacionados a fatos ou conhecimentos que possam impactar o funcionamento do Sistema Penitenciário Estadual.

6. Consoante a Lei Estadual nº 1.061/2023, compete à Polícia Penal do Espírito Santo, exceto:

- a) zelar pela preservação da integridade física e moral da pessoa sob custódia estatal, em decorrência de prisão ou medida de segurança.
- b) **delegar para instâncias autorizadas as funções constitucionais privativas da Polícia Penal.**
- c) atuar de forma cautelar na manutenção e no controle da ordem e disciplina no ambiente prisional.
- d) executar medidas que visem à proteção e à incolumidade física de autoridades quando se encontrarem em risco.
- e) realizar a recaptura de presos fugitivos.

GABARITO

1- D

2- D

3- B

4- B

5- C

6- C

7- A

8- B